



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 061 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

### *Mesa Executiva*

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Luiz Nishimori</i>
<i>Democratas</i> .....	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i> .....	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i> .....	<i>Reni Pereira</i>

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 061**

### **56ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Ato de Posse de Deputado..... 02**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Transmissão de Cargo ..... 03

Ofícios..... 03

Designações ..... 05

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto..... 09

Dep. Tadeu Veneri..... 11

Dep. Stephanes Júnior..... 14

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 13

Liderança do PT

Dep. Pércles de Mello ..... 15

Liderança do Governo

Dep. Tadeu Veneri ..... 12

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 19

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni ..... 17

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

Discussão/Votação

Redação Final ..... 22

2ª Discussão ..... 22

1ª Discussão ..... 23

Requerimentos ..... 26

#### **Explicações Pessoais:**

Dep. Valdir Rossoni..... 27

**Encerramento da Sessão ..... 28**

#### **Publicações:**

Diretoria Geral

Portarias ..... 28

Atas de Comissões

Redação ..... 29

Tomada de Contas..... 30

Balancetes Financeiros

Fevereiro ..... 31

Março..... 33

Abril..... 36

### **DIÁRIO Nº 061**

### **56ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**06 DE JUNHO DE 2007**

*(quarta-feira)*

### **Ato de Posse de Deputado Estadual:**

#### **ATO DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL**

Aos seis dias do mês de junho de 2007, na Sala da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa convidou o Sr. Miltinho Puppio para assumir a cadeira de Deputado Estadual, em virtude da licença para tratamento de Saúde, por 150 dias do Deputado Luiz Fernandes Silva Litro. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Miltinho Puppio para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno. O compromisso foi o seguinte: “Prometo guardar

a Constituição Federal e a Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem-estar do nosso Estado.”

Encerrando o ato o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Miltinho Puppio e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembléia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e por mim, Abib Miguel, Diretor da Assembléia Legislativa do Estado.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
MILTINHO PUPPIO - Deputado Estadual

### ***Mesa Executiva:***

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

### ***Presenças:***

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (42).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Ademir Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Puppio, Pedro Ivo e Teruo Kato (11).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero encarecer ao Deputado Belinati, porque estamos concluindo uma reunião na Presidência a respeito das emendas. Vários Deputados estão nessa reunião e vim apenas para abrir a Sessão. Por isso, encareço porque já estamos terminando. Os Deputados já estão vindo. Hoje é o prazo final para apresentação das emendas à LDO e estamos discutindo alguns assuntos pertinentes a este tema.

Aproveito a oportunidade, para comunicar que acabamos de dar posse ao Deputado Miltinho Puppio, que substitui o Deputado Luiz Fernandes Litro por 150 dias, uma vez que o Deputado Litro licencia-se por motivo de saúde, conforme comprovatório médico.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Transmissão de Cargo:***

Termo de Transmissão do Cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Deputado Antonio Anibelli, 1º Vice-Presidente do Poder Legislativo

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, no Palácio Dezenove de Dezembro, o Exmo. Srs. Deputado Nelson Justus transmite, temporariamente, o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, na forma do parágrafo 1º do artigo 15 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, ao Exmo. Sr. Deputado Antonio Anibelli, 1º Vice-Presidente.

Eu, Abib Miguel, Diretor-Geral da Assembléia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. Srs. Deputados Nelson Justus e Antonio Anibelli.

Curitiba, 06 de junho de 2007.

(aa) NELSON JUSTUS  
ANTONIO ANIBELLI

### ***Ofícios***

#### **OFÍCIOS**

Sob o nº CTL/CC 095/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, o Projeto de Lei nº 135/07 de autoria do Deputado Reni Pereira e outros que, obriga as empresas

prestadoras de serviço de telefonia fixa a discriminarem nas faturas de cobrança, os dados que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15.511. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 097/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, o Projeto de Lei Complementar nº 058/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS e cria o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social - FEHRIS, o qual convertido em Lei Complementar tomou o nº 119. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 096/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 311/07 de autoria do Poder Executivo, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 090/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 021/07 de autoria do Deputado Reni Pereira, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 091/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 120/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 092/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 070/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 093/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 047/07 de autoria da Deputada Cida Borghetti, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 094/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE, o Projeto de Lei nº 069/07 de autoria do Deputado Francisco Bühner, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 1919/PRES do Sr. Rafael Greca de Macedo - Presidente da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimentos sobre as linhas de financiamentos existentes e/ou convênios/contratos formados, entre o estado e a COHAPAR, que visem atender os policiais militares em especial. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1073/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre pagamento aos Conselheiros do referido Tribunal e demais funcionários, de diferenças salariais relativas a planos econômicos do Governo Federal, tais como Plano Bresser ou Plano Collor, no ano de 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1074/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre pagamento aos Conselheiros do referido Tribunal e demais funcionários, de diferenças salariais relativas às URVs do Plano Bresser, no ano de 2006. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº DP 472/07 do Sr. Stênio Salles Jacob - Diretor Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Douglas Fabrício, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Elio Rusch e Rui Hara, que pede esclarecimentos sobre os serviços de publicidade e propaganda contratadas pela SANEPAR no mês de dezembro de 2006. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº DP 473/07 do Sr. Stênio Salles Jacob - Diretor Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Edgar Bueno, Douglas Fabrício, Cida Borghetti, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Elio Rusch e Rui Hara, que pede esclarecimentos sobre as despesas da SANEPAR com anúncios e editais no mês de dezembro de 2006. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 988/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que pede esclarecimentos sobre o contrato da SANEPAR com o município de Curitiba, referente à coleta de esgoto. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3082/07 - GS/SEED do Sr. Joécio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que pede esclarecimentos sobre a situação da Escola Estadual São Cristóvão no município de São José dos Pinhais. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1134/PGE da Sra. Jozélia Nogueira Broliani - Procuradora-Geral do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que pede esclarecimentos sobre os repasses do fundo de desenvolvimento urbano ao município de Curitiba sus-

penso em setembro de 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 849/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró, que pede esclarecimentos sobre veículos locados pelo Governo do Estado do Paraná e colocados à disposição da Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, que foram retirados de circulação no Estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1052/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópia do Processo nº 86085/03-TC, referente à impugnação de despesas do IAP - Instituto Ambiental do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1061/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópia das principais peças do Processo nº 21935/03-TC, referente à impugnação de despesas realizadas pela SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 074/07

Curitiba, 06 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Servimo-nos do presente para encaminhar a V. Exa. notas taquigráficas e CD com gravação da parte da Sessão Plenária do dia 05/06/07, onde ao encaminharmos requerimento ao Governador do Estado pedindo informações sobre a construção e posterior reformulação do Palácio das Araucárias, tivemos a palavra cassada aos 5'10" (cinco minutos e dez segundos), quando o tempo estipulado para encaminhar requerimento é de 10' (dez minutos), como podemos constatar na redação do artigo 171, *caput*, do Regimento Interno desta Casa de Leis:

*Art. 171. No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de 10 minutos, 5 Deputados a favor e 5 contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.*

Desta forma, queremos apenas demonstrar nossas intenções no sentido de que se cumpra o que o Regimento Interno determina.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração.

Atenciosamente

(a) JOCELITO CANTO

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 06 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que o ilustre Deputado Ribas Carli Filho irá compor como titular a Comissão Especial de Investigação das Concessionárias

de Pedágio, informando ainda, que irei compor como suplente à referida CEI.

Sem mais para o momento, agradeço atenciosamente.

(a) RENI PEREIRA

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 06 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente requero a V. Exa., a utilização do horário do Grande Expediente na Sessão Plenária do dia 13 de junho próximo, por parte de representante dos servidores do LACEN Paraná.

(a) VALDIR ROSSONI

## Designação

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Artagão Júnior, para representar esta Casa de Leis na reunião da diretoria executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se no dia 11 de junho do corrente ano, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

ALEXANDRE CURI

CIDA BORGHETTI

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 1608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 347/07, que dispõe sobre destinação dos recursos do FEAS, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) ALEXANDRE CURI

### REQUERIMENTO Nº 1591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado convite para o Sr. José Bendito Pires Trindade - Secretário Especial de Imprensa do Governo do Paraná, para explanar sobre os critérios técnicos utilizados em relação a destinação de verbas públicas de publicidade pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

### REQUERIMENTO Nº 1592

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenarinho

da Assembléia Legislativa do Paraná para o dia 20 de junho de 2007 (quarta-feira) das 8 às 12 horas, para a realização de uma audiência pública com o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná. Será realizado um debate sobre o projeto de lei de equiparação salarial entre os professores e funcionários técnicos-administrativos das instituições de ensino superior estaduais.

Também solicito a reserva de equipamentos de multimídia para a apresentação dos trabalhos.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 1605

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis para ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América, no período de 06 a 16 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 1604

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, votos de congratulações e aplausos para o Colégio Sagrada Família de Ponta Grossa, pela conquista do 1º lugar na 23ª edição dos Jogos Estudantis Municipais - JEM.

Tradicional, instituição educacional religiosa de Ponta Grossa, com mais de 70 anos de experiência, o Sagrado Família tem uma presença atuante na comunidade. O colégio participou do campeonato com 900 atletas que contaram com a supervisão de 30 profissionais entre professores e técnicos. O colégio foi campeão em 8, dos 10 grupos da competição.

Os nossos parabéns a todos os atletas pelo bom desempenho no JEM e ao planejamento e dedicação dos professores e treinadores pelo trabalho com os alunos.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja comunicada à direção do colégio, em nome da Diretora Irmã Edites Bet no endereço Av. Visconde de Taunay, 101, Centro - 84010-760-Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### REQUERIMENTO Nº 1594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente à Exma. Sra. Secretária de Estado da Cultura, Vera Maria Haj

Mussi Augusto, solicitando cópia integral das gravações da Escola de Governo do dia 05 de junho de 2007.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, Dr. Rogério Tissot, informar se a SETR ou o DER, efetuaram algum pagamento à empresa NDEC - Núcleo de Desenvolvimento Estratégico de Comunicação, nos anos de 2005 e 2006. Em caso positivo, a que título foi gerada a despesa, como e quando foi procedido o pagamento, qual o serviço contratado e prestado pela empresa e qual o valor acordado? Juntar cópia do respectivo contrato.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 1606

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança, solicitando a implantação de um módulo policial no bairro Parque Nossa Senhora das Graças, município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1593

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando as seguintes informações relativas às prestações de contas, dos anos de 2003, 2004 e 2005 do Instituto de Saúde do Paraná:

- Foram aprovadas as contas acima citadas?

- Foi detectada por esse TCE alguma irregularidade nas contas? Em caso afirmativo, anexar cópia dos pareceres.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1595

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando informações relativas a mudança de sede física do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa:

- 1) Qual era o tamanho, em metros quadrados, do prédio sede anterior?
- 2) Quem era o proprietário do prédio e qual o valor do aluguel que era pago?
- 3) Quanto tempo o prédio em tela foi sede do NRE de Ponta Grossa?
- 4) Em relação ao novo contrato, qual o tamanho da nova sede, quem é o proprietário?
- 5) Qual o tempo do novo contrato celebrado, quanto será pago de aluguel e se já foi paga alguma parcela?

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1596

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, para que esta forneça informações acerca das seguintes questões:

- 1) Quais são os valores mensais repassados ao SAS de Campo Mourão?
- 2) Quais municípios são atendidos?
- 3) Quais os critérios para o pagamento dos médicos?
- 4) Quais são as especialidades atendidas?
- 5) Qual o prazo máximo para agendamento de consultas por especialidade?
- 6) Qual o prazo de vigência do contrato?

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradeço antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### REQUERIMENTO Nº 1598

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente à Sra. Secretária de Estado da Administração e da Previdência, para que esta forneça informações acerca das seguintes questões:

- 1) Quais são os valores mensais repassados ao SAS de Campo Mourão?
- 2) Quais municípios são atendidos?
- 3) Quais os critérios para o pagamento dos médicos?
- 4) Quais são as especialidades atendidas?
- 5) Qual o prazo máximo para agendamento de consultas por especialidade?
- 6) Qual o prazo de vigência do contrato?

- 7) Qual o número de vidas atendidas?

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradeço antecipadamente.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### REQUERIMENTO Nº 1601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER ao Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Airton Pissetti, após ouvido o douto Plenário, informar, relativamente aos contratos de publicidade firmados por essa Secretaria, se houve a formalização de algum aditivo nos anos de 2005 e 2006. Em caso positivo, informar para qual fim, quais os valores, quando foram pagos e para quais empresas? Juntar as respectivas cópias.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) VALDIR ROSSONI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 418/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º A determinação do valor da tarifa do pedágio aplicada nas rodovias concessionadas pelo estado do Paraná será escalonada de acordo com o número de eixos do veículo.

Parágrafo Único. Este padrão tarifário apenas se aplica para veículos com capacidade de carga superior a 10.000 kg.

Art. 2º Os veículos com sistema hidráulico de levantamento de eixos apenas serão tarifados por eixo que, na passagem pela praça de cobrança de pedágio, esteja em contato com a malha asfáltica.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do

Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que *a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca\**. (\*STF. Pleno. ADIN 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57).

O presente projeto visa dar foros de razoabilidade ao pedagiamento dos veículos de carga nas rodovias concessionadas pelo estado do Paraná, pois a cobrança já vem sendo efetuada conforme o número de eixos, pouco importando se em contato ou não a superfície asfáltica.

Com efeito, a cobrança por eixos se justifica pelo fato de que quanto maior o número de eixos rodando, maior é o desgaste da superfície. Não havendo contato não há desgaste e, por essa razão, não há razão para se cobrar de eixo levantado.

O projeto em síntese, estabelece isenção da cobrança de pedágio para o eixo levantado.

PROJETO DE LEI Nº 419/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O artigo 12 da Lei nº 14985 de 06 de janeiro de 2006, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 12. O disposto nesta lei também se aplica à importação de bem ou mercadoria com certificação de origem de países da América Latina, cujo ingresso em território paranaense se dê por rodovia.”

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 1º, trazido pela Lei nº 15467 de 12 de fevereiro de 2007.

Art. 3º Fica acrescentado o artigo 13, com a seguinte redação:

“Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) RENI PEREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto que ora apresentamos pretende dar idêntico tratamento tributário às importações, nas hipóteses

em que estas ocorram tanto por via aérea, marítima ou por via rodoviária e promovidas por estabelecimentos comerciais e demais estabelecimentos contribuintes do imposto, com aquele trazido pela alteração já procedida através da Lei nº 15467 de 12 de fevereiro de 2007, na parte relativa às indústrias e em homenagem ao princípio da isonomia, bem como impedir o êxodo de empresas paranaenses para outros estados da federação que ofereçam benefícios fiscais iguais ou superiores a estes.

PROJETO DE LEI Nº 420/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica criado, o programa de obras para a captação e armazenamento de água pluvial.

Art. 2º O programa a que se refere o artigo 1º desta lei, tem como objetivo a construção de poços para a captação e armazenamento de água pluvial, diminuindo, assim, os investimentos em captação e tratamento de água, principalmente nas grandes cidades e assim preservar nossos mananciais.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários à elaboração e construção dos projetos.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(a) DR. BATISTA

**JUSTIFICATIVA:**

O projeto de lei visa um maior aproveitamento da água pluvial, realizando a captação e armazenamento desta para que seja utilizada em lavagem de veículos, jardins, etc.

A água é fonte de vida para toda a população, e através desta medida, diminuindo os investimentos no tratamento da água, iremos beneficiar toda a sociedade paranaense, prevenindo uma futura escassez.

Como grande benefício a todos os consumidores, o projeto visa à diminuição do consumo da água tratada, e conseqüentemente do valor pago às empresas distribuidoras.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.



## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Mais uma vez estamos na tribuna desta Casa.

Hoje, tivemos uma Audiência Pública para tratar da questão da saúde. E é importante falarmos da saúde até porque a Sessão não te dá a oportunidade de fazer as indagações que você gostaria. Eu teria, pelo menos, umas 20 perguntas para fazer ao Secretário. Mas, em função do tempo, não há condições de fazer as perguntas que queria e tirar algumas dúvidas referentes à saúde.

Quando falo da saúde, tenho algumas divergências, alguns aspectos da Secretaria que não entendo e não compreendo e tenho alguns pontos que acho importantes. A saúde vem melhorando, vem evoluindo, não se pode aqui afirmar que a saúde está cada vez pior. Não, ela teve alguns avanços, mas não o suficiente ainda para evitar o sofrimento de muitas pessoas, até porque a cada dia que amanhece aumenta o número de habitantes aqui neste Paraná.

Temos, por exemplo, no nosso programa de rádio, uma estatística diária dos nascimentos e dos falecimentos. Diariamente, nascem 20, 22 crianças e morrem 6, 7, 8, sempre nascendo mais, praticamente o dobro das pessoas, das crianças que morrem.

Então, não tenha dúvida que os problemas vão aumentar, porque o número de habitantes vem crescendo e aumentando no Paraná, no Brasil e no mundo. E as verbas públicas não acompanham a mesma linha do crescimento populacional que estamos vivendo. E aí faltam os leitos, os hospitais, as ambulâncias, mas é preciso que o Governo defina algumas prioridades e coloque pessoas chaves nos locais certos, para que esses problemas sejam aos poucos resolvidos da melhor maneira possível.

Por isso que entreguei hoje ao Secretário Xavier e vou hoje à tarde remeter ao Governador também, uma cópia daquele processo envolvendo o menino Caíque, lá de Ponta Grossa e que a Regional de Saúde passou uma informação errada ao Governador e essas informações quando mal colocadas, fazem com que o Chefe do Executivo as transmita para frente, também de forma errada e criam os problemas que o Governo tem.

Então, encaminhei hoje essa documentação ao Secretário e também vou encaminhar pessoalmente, diretamente ao Governador para que ele tome consciência de que muitas vezes, as pessoas que estamos defendendo, aqui, são aquelas pessoas que fizeram ele continuar no poder, as pessoas humildes, dos bairros e que acreditam no Governo, como é o caso desse menino que é morador de uma favela, em Ponta Grossa, que não tem luz e água, mas que tinha durante a campanha, na pequena meia-aguinha, um adesivo do Governador Roberto Requião, dando-nos a entender que aquela família era simpatizante da candidatura do Governador Roberto Requião.

Em função disso, acho que algumas prioridades devem ser dadas à saúde e que o próprio Secretário Cláudio

Xavier precisa, em determinado momento, mudar alguns assessores, algumas pessoas que não o induzam ao erro. É preciso que o Sr. Cláudio Xavier faça essa reflexão para o bem de sua pasta, porque alguns de seus assessores não estão qualificados naquilo que defende o Governador. Defendem o Governador, técnicos e pessoas que possam tocar a secretaria, como determina tecnicamente. Aí que está o grande defeito do Governo, que tem atrapalhado nas suas boas ações, confundido e trazido problemas para o próprio Governo.

Por isso estou encaminhando esses requerimentos, esses pedidos, para que o Governo tome as providências, para evitar que as pessoas que o ajudaram, continuaram a sua trajetória política, sejam marginalizadas, que são exatamente aquelas pessoas mais simples. Esse é o primeiro caso, Sr. Presidente.

Eu queria também aproveitar para fazer um comentário, porque toda a imprensa, hoje, me cobra e daqui a pouco mais pessoas vão cobrar, sobre um processo que foi julgado, ontem, no Supremo Tribunal Federal, que envolve a minha pessoa, quando Prefeito de Ponta Grossa. Ontem, o STF acabou fazendo o julgamento, em Plenário, de um pedido que fiz através do meu advogado, Dr. Vianda, no qual fizemos embargos de declarações a uma decisão do Ministro Celso de Mello, que definiu pela cassação do nosso mandato e ao mesmo tempo pela perda dos direitos políticos por 5 anos. Ontem, por unanimidade do STF, foi definido que não se recebe os embargos de declaração. O STF não recebeu esse nosso pedido. É evidente que agora deve se publicar a sentença. Haverá a publicação da sentença e do acórdão. Isso realizado, cabe ainda 1 ou 2 recursos que se usam para que se possa julgar no STJ um segundo pedido nosso, que está lá.

É importante sempre se falar e a imprensa deveria colocar esse tema, com a devida responsabilidade, porque neste país, hoje, se está acostumado a falar de cassação. Quando se fala em cassação, se associa à corrupção. Esse caso que envolve o nosso julgamento em Brasília, não tem nada a ver com corrupção. É um processo que de forma estranha foi julgado, aqui, no Tribunal de Justiça, que o Ministério Público é autor - não sou advogado, mas estou defendendo uma tese baseada na lei, em que o Ministério Público é guardião dos direitos da lei. Por mais que o Ministério Público proponha uma ação contra alguém, em ele sendo autor, no transcorrer do processo, se ele entender que alguma coisa errada houve no julgamento, acho que é um dever do Ministério Público, como guardião das leis, comunicar ao próprio Magistrado que fez o julgamento que incorreu em um erro, porque essa é a função do Ministério Público. E por ocasião desse julgamento - esse é aquele famoso caso do policial militar Tadeu Fornazari, que foi cedido pelo então Deputado Anibal Khury, que era Presidente desta Casa e eu Prefeito de Ponta Grossa - o Deputado Anibal Khury colocou o policial Tadeu Fornazari à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa e o policial servia a Prefeitura de Ponta

Grossa e também servia o gabinete do Prefeito. Mas, pela amizade que temos e pela simplicidade do Sargento e a nossa simplicidade, nos fins de semana, às vezes, o Sargento jogava futebol junto comigo e andava comigo, mas não como segurança, porque nunca usei segurança e até hoje durmo no ônibus da Garagem da Esperança em muitos bairros perigosos em cidades dos campos gerais e nunca tive cuidado com a segurança. E aí o Ministério Público propôs uma ação dizendo que eu havia usado o policial como segurança próprio e que eu havia cometido um crime, de acordo com o Decreto nº 201, e pediu a cassação dos meus direitos políticos por 5 anos e ao mesmo tempo a cassação do meu mandato de Deputado.

Esse processo veio aqui para o Tribunal de Justiça e caiu nas mãos da Desembargadora Dra. Regina Portes. Naquele momento da transição em que foi protocolada a ação pelo Ministério Público eu já era Deputado eleito e a partir daquele momento deveria ser julgado, não em 2ª instância, mas em 1ª instância, porque eu tinha, a partir daquele momento, o foro de ser Deputado - na verdade perdi uma instância, se eu fosse julgado em Ponta Grossa, ganharia uma instância. E às vezes as pessoas pensam que o que o Deputado tem algumas regalias quando é julgado em instância especial e eu já discordo, porque na realidade você perde uma instância - se o processo começasse em 1ª instância, você iria para a 2ª e depois para as instâncias superiores. No meu caso, o processo veio para cá e a Dra. Regina, Desembargadora, cometeu um equívoco e que o Ministério Público sabia e aí faltou com o seu dever, porque quando viu que a Desembargadora cometeu um erro, deveria não ter prosseguido com a ação e ter comunicado, como guardião da lei, e mesmo sendo autor da ação, de que houve um erro no dia em que foi encaminhado o processo de votação no dia em que fui julgado.

No dia em que fui julgado, o meu advogado não foi citado para defender durante a Sessão e a lei determina que estando em 2ª instância, necessariamente é obrigatória a presença do advogado e se o advogado não comparecer na Sessão, naquele dia, o Desembargador se obriga a chamar um advogado dativo para defender você - era obrigação do Poder Judiciário, naquele dia, convocar um advogado dativo presente no Tribunal para defender a tese da defesa. E foi o que não ocorreu comigo e a partir daí houve um erro do Judiciário paranaense, que julgou sem o direito de defesa naquele momento.

E aí é que vem o segundo erro: o Ministério Público, de acordo com a Constituição, é o guardião da lei, mas como ele era interessado também, era o autor da denúncia, ele preferiu fazer de conta que não viu que houve um erro e prosseguiu com a ação, trazendo um prejuízo à minha pessoa. A partir daquele momento, o Tribunal determinou que não subisse o meu recurso para Brasília - o recurso não subia, de acordo com o Tribunal de Justiça, e encerrava aqui e eu estaria, teoricamente, cassado. O meu advogado fez um pedido especial que foi negado, mas em seguida, conseguimos em Brasília que o

recurso subisse para Brasília, para o STJ. Por ocasião de remeter o pedido para Brasília o advogado solicitou ao Presidente do Tribunal de Justiça que mandasse o processo de capa a capa, o que compreende todo o processo. Por sua vez, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça determinou que não mandasse de capa a capa e fizesse um novo procedimento, mandando só as partes principais.

Aí senhores, nesse momento é que veio a preocupação: alguém errou e naquela nova peça não foi a minha procuração para o meu advogado. Aí, quando chegou a Brasília, o STJ não recebeu porque estava faltando um documento. Fizemos um agravo para o STF e o STF também não entendeu que não pode julgar um procedimento que não tem o documento! E agora na sentença final, o STF diz que houve um erro do advogado, que por mais que ele tenha solicitado, através de uma petição, é dever do advogado acompanhar o processo. Então, o advogado, Dr. Renato, aqui, do Bacelar, “comeu bola”, como se diz na gíria, ele deveria ter acompanhado a formação do novo processo e não acompanhou, porque ele havia feito uma petição pedindo que fosse de capa a capa.

É por isso que o STJ não recebeu, é por isso que o STF não recebeu. E, é por isso que agora eu fiz embargos de declarações em cima da decisão que foi julgada no finalzinho de dezembro, em Brasília. E lá, curiosamente, no dia que saiu a sentença, no mesmo dia que se publicou o resultado da sentença, no mesmo dia, em uma cena inédita do Judiciário brasileiro, se publicou o acórdão no mesmo dia. Todo mundo sabe que o acórdão demora para ser publicado, tem gente há 1 ano esperando um acórdão. Mas o meu, não! O meu, foi publicado a decisão e no mesmo dia, no mesmo Diário Oficial, lá está publicado o acórdão também. Algo inédito do judiciário brasileiro!

Os senhores vejam a importância que estão dando a mim! Eu consegui mudar, o meu caso conseguiu mudar a história do Judiciário brasileiro, conseguiram publicar no mesmo dia o acórdão e decisão, o que é inédito!

Para finalizar, Sr. Presidente, então hoje eu dependo de mais um recurso que pode vir do STJ, mas o importante é que o mérito não foi julgado. O mérito dessa ação ainda não foi julgado! E se alguém deveria ser condenado, não era eu! Onde eu causei prejuízo ao erário? Eu, Prefeito não causei! Eu recebi um funcionário que era do estado! O Prefeito Péricles está aqui, teve um policial à sua disposição durante o seu mandato. A prefeitura nunca tirou um centavo para pagar o policial, o estado cedia. O Ministério Público tem estagiários cedidos por prefeituras, por câmaras, pelo estado. O estado do Paraná serve funcionários ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Justiça. É normal essa troca de cargos, mas eu venho a ser penalizado por isso! por isso que eu estou sendo cassado hoje, porque o Deputado Anibal Khury colocou um funcionário à disposição da Prefeitura de Ponta Grossa.

Então, só lamento. Não sou contra o Ministério Público, não, Sr. Presidente. Acho que o Ministério

Público é importante para cassar os corruptos, quem rouba. Mas, não sou a favor do Ministério Público não cumprir com o que diz a lei. A lei é clara que ele deve proteger a lei. E ele não protegeu a lei, porque ele era o autor da lei. Aí, quando o Ministro Gilmar diz, em Brasília, que alguns membros do Ministério Público exorbitam, passam do direito, é verdade! Aqui é uma prova concreta disso! Ele deveria ter, no momento em que viu que houve um erro do tribunal, pedido ao tribunal que refizesse o julgamento porque não aconteceu, e depois seguisse a ação, ele como autor.

Então, Sr. Presidente, eu só queria fazer essa colocação: não sou de fugir de lugar nenhum, não me escondo, nem nos piores momentos da minha vida. Tenho coragem de aparecer para dizer o que penso e não fujo da minhas coisas. Posso ter feito algum erro, qualquer um erra, não conheço nenhum político que não tenha errado

Se os senhores me apresentarem um político que não tenha errado eu deixo de ser Deputado. Não conheço nenhum. Não conheço nenhum ser humano que não erra e não conheço nenhum político que não tenha errado. Nenhum! Nenhum! E não conheço nenhum membro do Ministério Público que não tenha levado uma canetinha para casa um dia, que era dinheiro público.

Então, Sr. Presidente, só para deixar claro, eu ainda confio na justiça e acho que se couber algum recurso, mas se não couber também, Sr. Presidente, fico tranquilo que não estou sendo cassado por corrupção. Vou para a história do país. Faço parte da biografia deste país. Acho que o primeiro Deputado cassado, após o regime militar, pelo STF, parece-me que não tem nenhum, acho que vou ser o primeiro, vou para a história, isto me anima, e quero mandar um recado para o pessoal de Ponta Grossa que tem trabalhado com isto: não se preocupem, o homem é feito do Pai, do Filho e do Espírito Santo, é de igreja. Eu sou o Jocelito, pai, e tem a minha filha que vem aí! Então, o pessoal de Ponta Grossa que aguarde, se eu não puder ser candidato no ano que vem, vem a filha do pai e que haverá de mostrar àqueles que atentaram contra isso que a filha do pai, às vezes, é melhor que o pai.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

(Declina)

Com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na verdade, estou usando a tribuna hoje para solicitar a Casa que nós façamos as transcrições aqui aos Anais da Casa de uma matéria saída, Deputado Rossoni, na Gazeta do Povo, na semana que passou, a respeito de

uma entrevista feita com o Juiz Moro, um Juiz Federal, falando sobre a possibilidade de extensão do foro privilegiado.

Foro privilegiado, como todos os senhores sabem, é aquele que permite que determinadas autoridades sejam julgadas pelo STF e não nas instâncias iniciais e hoje há um movimento dentro do Congresso Nacional, há uma MP para que seja alterada a Constituição Federal e para que ex-Deputados, ex-Prefeitos, ex-Governadores, todas as pessoas que tiveram cargo público, possam também desfrutar do foro privilegiado.

Então, acredito que na semana que passou foi feito pela Associação dos Juizes Federais, foi feita uma manifestação em todo o Brasil, aqui em Curitiba também, eu estive presente inclusive nesta manifestação, contrária a tramitação da medida provisória que pretende fazer alteração da lei que instituiu o foro privilegiado e estendê-la também aos ex- agentes políticos. Acredito que o que estamos vendo hoje através da Associação dos Juizes Federais, Sr. Presidente, é um esforço imenso para que não tenhamos um processo que será um retrocesso no nosso país, sem precedentes.

Temos milhares de processos, hoje, contra ex-agentes políticos que, se vigorar esse entendimento, se houver alteração e a MP que se pretende votar de fato - e ela está tramitando no Congresso - conceder foro privilegiado a ex-Deputados, por exemplo, esse Deputado que foi preso no dia de ontem, que é ex-Deputado aqui do Paraná, certamente não poderá ou não poderia ser julgado, senão pelo STF, que é uma contradição, porque é uma pessoa que ocupou o cargo há muitos anos, que não tem nenhuma relação já com o mandato e entretanto o seu julgamento cai necessariamente dentro de um espaço que é o STF, que sabemos que até hoje, Deputado Péricles, até pela quantidade de processos que tem, o STF sequer iniciou o processo contra aqueles que foram denunciados como sendo parte de um processo que ficou conhecido no Brasil como mensalão.

Então, se mais de 1 ano depois, nem se recebeu ainda esse processo, que dirá o julgamento! Aí as pessoas vão se beneficiar de um processo que é lento, de um procedimento que é demorado e extremamente injusto. O foro privilegiado é um resquício da aristocracia no Brasil, é um resquício dos regimes ditatoriais, dos regimes autoritários que, em determinado momento, foram necessárias determinadas medidas que pudessem, pelo menos, criar uma relação para que não houvesse perseguição a agentes políticos, mas que no regime democrático é absolutamente fora de qualquer contexto.

Hoje, através da PEC, Proposta de Emenda Constitucional n° 358/05, que está na Câmara dos Deputados, para ser votada, está se tentando, justamente, fazer esta alteração.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou solicitando, talvez no dia de hoje não seja possível, vou encaminhar à Mesa uma moção de apoio a Associação dos Juizes Federais, na sua luta para que não tenhamos foro

privilegiado para ex-agentes políticos. Não é concebível que você passe durante 2 anos por um mandato e depois permaneça, para todo o sempre, com um privilégio que não se aplica a nenhum outro cidadão! Isso fica para os Tribunais de Conta, para os Tribunais de Justiça, fica não só para os Juízes, mas também para os Desembargadores.

Quero me posicionar aqui na seguinte situação: temos buscado, todos nós que temos a compreensão do que significa o mandato, temos buscado e o Deputado Jocelito Canto acabou de usar a tribuna, fazer com que não ocorram injustiças durante o exercício do mandato e pelo exercício do mandato posteriormente. O que não podemos fazer é que procuremos mandatos para que eles se transformem num salvo-conduto e é nesse sentido que estou aqui fazendo uma apóiamento às medidas que a JUF tem tomado no Brasil todo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, posso usar o horário da Liderança do Governo para poder dar um aparte ao Deputado Tadeu Veneri?

(Assentimento)

Deputado Tadeu Veneri, me concede um aparte?

(Assentimento)

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Governo***

Deputado Tadeu Veneri, a sua intervenção sobre este tema me parece extremamente interessante e quero crer que tenho uma posição divergente, divergente à luz da construção de um raciocínio da lógica que, obviamente, quem exerceu funções públicas, neste nosso país, e que esteve, não como pessoa, como cidadão no exercício de um cargo público, mas por obrigação, por ofício, teve que cometer um conjunto de atos administrativos que muitas vezes o administrador público é impelido a fazer, por conta, é claro, das suas atribuições. Quando surge esta discussão sobre o foro privilegiado, e aí são duas questões complexas, hoje, porque há uma discussão que me parece que ainda sendo decidida hoje pelo STF que é o necessário ajuizamento das ações civis públicas, junto com a Lei de Improbidade Administrativa.

No foro competente do agente público, que eventualmente tem agente público, ou do agente político que tenha praticado um ato que seja lesivo ao patrimônio público, ao interesse público e a discussão é sobre o foro privilegiado, porque outro dia ainda eu recebi um convite de um Juiz, do Friedmann, velho amigo, pessoa com quem eu tenho um relacionamento afetuosos, infelizmente eu não estava em Curitiba, mas eu gostaria de ter estado para manifestar a minha divergência. Por que a minha divergência? Porque veja bem, um Juiz Federal não admite ser julgado por um igual seu. Qual Juiz Federal quer ser julgado por outro Juiz Federal? Nenhum, 100% não quer isso! O que eles querem? Querem um foro privilegiado para serem julgados. A mesma coisa acontece no

caso do Agente Político, dos Deputados, dos Prefeitos, daqueles que têm, pelo ordenamento constitucional, foro privilegiado e efetivamente temos que reconhecer que as decisões de 1ª instância da Justiça normalmente são tomadas a partir, é claro, de ações que são propostas pelo Ministério Público e os Juízes todos estão assoberbados! Vão lá numa Vara da Fazenda Pública de Curitiba e vejam quantos processos aqueles 2 Juízes que integram cada uma das Varas têm que julgar, no meio de falências, concordatas e todas as outras questões, estão lá também as ações civis públicas contra Agentes Políticos, ou ex-Agentes Políticos.

Quero dizer que o foro privilegiado é a garantia do Juiz natural, ou seja aquela pessoa que exerce um cargo público. Foi Secretário de Estado, foi Deputado e cometeu um ato que possa ser questionado, ele vai saber que o princípio do Juiz natural é uma garantia da democracia quando você não tem o tribunal de exceção.

Então, quero dizer que divirjo de V. Exa. no sentido de que temos que aprofundar esta discussão, discutir com o Ministério Público, com os Juízes, com os Magistrados. Eu não tenho dúvida, tenho conversado com muitos Magistrados e uma grande parcela defende, sim, o foro privilegiado como a garantia do Juiz natural.

Quero dizer a V. Exa. que é um tema interessante, porque só vamos construir, de fato, uma democracia sólida, um estado de direito democrático, a partir da transparência e igualdade de condições, porque um Agente Político não é uma pessoa comum, normal, ele teve que praticar atos que são atos que, efetivamente, um cidadão comum não tem que praticar.

Nessa lógica e com essa coerência, agradeço muito o aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Para concluir, Sr. Presidente, Deputado Romanelli, o senhor tem razão, este assunto temos que trazer para cá porque se há privilégio dos Juízes Federais, se há privilégios daqueles que estão nos Tribunais de Contas, se há situação diferenciada, temos que discutir.

Este é um debate que podemos continuar na semana que vem: qual é o problema que temos hoje com os processos que envolvem Agentes Políticos ou ex-Agentes Políticos? Um deles que esteja com foro privilegiado, e o senhor sabe melhor do que eu, que não sou advogado, um deles que tenha foro privilegiado faz com que todo o processo tenha que ser julgado no STF.

Vou dar um exemplo aqui: na CPI da COPEL nós tivemos um rol do Ministério Público de cerca de 20 pessoas que estão sendo, de alguma forma, questionadas, não puderam ser julgadas porque um deles, ex-detentor ou ainda detentor de cargo dentro do Tribunal de Contas do Estado, tem foro privilegiado. Todo o processo, o julgamento de todos os demais, inclusive 2 que estão já em prisão aqui na Polícia Federal, todos eles têm que ser julgados pelo STF.

Então, quando tentamos fazer este debate, é verdade que os tribunais estão sobrecarregados, mas é verdade também que hoje, por exemplo, as Varas Federais que temos com o Juiz Moro, por exemplo, aqui no Paraná têm tido uma agilidade muito grande, e o caso do BANESTADO é emblemático para nós aqui no estado do Paraná, para fazer com que haja uma celeridade nos processos.

Respeitando todos os lados, mas este é um debate que temos que fazer, porque a minha preocupação, e me parece que é essa a preocupação de que têm hoje os Juizes Federais, é que os mandatos possam vir a ser um guarda-chuva, a partir do momento que eu tenho um mandato, não por situações onde os atos não são feitos por má-fé, por dolo, mas atos que necessariamente não deveriam ser feitos daquela forma e são feitos a partir do momento que algumas pessoas tiverem a garantia que vão ter um foro privilegiado, a garantia de que vão ter um julgamento diferenciado, corremos o risco de transformar as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional, mais do que já é em alguns passos, onde se dá uma carta branca através de um mandato. Esse é o debate que temos que fazer.

Falava há dias atrás aqui no dia em que foi feita a homenagem ao Tribunal de Contas, eu falava sobre isso com um integrante do Tribunal de Contas e ele me dizia: “nós temos foro privilegiado, porque temos que ser julgados por um colegiado.” Particularmente eu tenho divergência e ainda acredito que temos que aperfeiçoar as nossas leis, devemos fazer com que este processo caminhe numa direção onde todos, de fato, possam estar se sentindo numa república, e numa república de iguais.

Mais uma vez lhe agradeço e acho que esse é um bom debate para fazermos aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Horário da Liderança do PP, concedo a palavra por 15 minutos ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Nobre Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados.

Faço a leitura de um documento em defesa do ensino superior público do nosso Paraná. Um documento que está sendo distribuído no Paraná e que, com muita honra, faço a leitura do documento que é assinado pelo Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná e assinam o presente documento os professores das universidades e das faculdades: Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná e Faculdades Isoladas do Paraná.

Diz o documento:

**(Lê):**

“O Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná, composto por entidades representativas dos professores das Instituições de Ensino Superior - IEES, dando continuidade ao seu trabalho de defesa da comunidade científica, exige do Governo do Paraná respeito e reconhecimento pelo sistema de ensino, pesquisa e extensão pública, até então construído no estado. Exige ainda salários condizentes com função e importância das Instituições de Ensino Superior - IEES para a sociedade paranaense.

A comunidade científica vem denunciando e sendo atacada ao longo dos anos por ausência de uma política de estado que efetivamente contribua para a construção de um sistema de ensino superior como ponto estratégico para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e ensino superior no Paraná. A defasagem salarial acumulada historicamente desde a implantação do plano de cargos e salários, aprovado em 1977, somada à depreciação substancial quando comparada aos salários de outros servidores públicos com nível superior, vêm contribuindo para perdas irreparáveis para o sistema de ensino superior.

Os professores das universidades, cotadas entre as melhores do país, iniciam sua carreira como docente com um piso salário de R\$ 960. Esse piso afronta a comunidade científica por ser o menor piso salarial pago entre os servidores públicos com o título de graduação. Além do achatamento dos salários, está ocorrendo um descaso na qualidade do ensino dos futuros profissionais e das IEES.

Depois de muito trabalho do comitê, no ano de 2006, o Governador Roberto Requião anunciou que em 2007 resolveria a questão salarial dos professores universitários, o que não foi concretizado! O comitê, intensificando seus trabalhos junto aos representantes políticos e à sociedade, chegou a abrir um grupo de trabalhos com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, e Secretários da Administração, Planejamento e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, iniciando reuniões e sistematizações de atividade. Porém, até a presente data, não houve concretização de, no mínimo, uma mesa de negociação e um compromisso que efetivamente resolva a questão salarial dos docentes das Instituições Ensino Superior do Paraná, de forma emergencial e efetiva.”

Portanto, o documento diz aqui que até agora, não se formou sequer, apesar de todas as tentativas dos professores das universidades, uma mesa de negociação. Enquanto isso, o piso inicial da carreira de professor das universidades, continua esse miserável piso de apenas R\$ 960.

**(Lê):**

“Vivenciamos uma situação insustentável ante a questão salarial e ausência de ações resolutivas por parte do Governo e seus Secretários. O comitê considera, ainda, que buscou todos os meios para viabilizar um processo de negociação entre as partes. Alertando, considera que a situação desenhada é extremamente grave. Já que o

Governador, não tendo conhecimento da essência da questão, sem que seus Secretários e Deputados, mesmo depois de tanto tempo ainda não conseguem ter uma proposta que resolva a problemática, julgamos que estão esgotadas as possibilidades de trabalho sem que os professores iniciem em cada universidade do estado a discussão e deliberação de greve de tais servidores das IEES.

Dessa forma, o Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná indicou o dia 13 de junho para a realização de assembléias em todas as universidades estaduais paranaenses. O comitê ainda propõe a apreciação e a deliberação de um indicativo de greve contra a ausência de negociação salarial com o Governo.

Curitiba, 04 de junho de 2007.

Comitê em Defesa do Ensino Superior  
Público do Paraná.

Professores das Universidades e Faculdades:

Universidade Estadual de Londrina

Universidade Estadual de Maringá

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

Faculdades Isoladas do Paraná.”

Então, por falta de uma negociação, poderá sim eclodir uma greve sem tempo previsto de duração, uma greve dos professores das universidades. O prejuízo será para os professores, será para os alunos, será para o Paraná como um todo.

Acho, com todo respeito, que vai sair muito mais barato para o Governo, vai haver menos desgaste para o Governo, para os Deputados da Base Governista, se o Governo tiver boa vontade e se sentar à mesa numa negociação com os professores e professoras da nossa universidade, que não pode continuar convivendo com um piso tão vergonhoso, tão absurdo. Tem professor que o único emprego que tem é lecionar em uma universidade. Como é que ele vai dar um padrão de vida compatível à sua família percebendo, apenas R\$ 960 de salário bruto, depois ainda tem o desconto?

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e senhores da imprensa, dia 13 de junho tem aí a assembléia em todas as universidades do Paraná. Tomara que não haja greve dos professores. Tomara! Mas, para que não haja greve é preciso boa vontade do Governo para sentar, negociar, chegar a um entendimento com os professores das universidades estaduais do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente o Deputado Stephanes Júnior.

**Deputado Stephanes Júnior (PMDB)**

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, membros da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Hoje, antes de entrar no assunto que vou abordar, quero primeiro me solidarizar com o Deputado Jocelito Canto.

Acho um absurdo o que está acontecendo com o colega. Não vejo mérito no assunto, para a cassação de mandato. O que está acontecendo, na verdade, é algo que não se justifica. Quero externar aqui, de público, que isso é uma injustiça, algo que não deveria acontecer sob o ponto de vista legal e moral.

Mas vou falar um pouquinho hoje a respeito da Praça do Batel. Hoje, o Deputado Osmar Bertoldi esteve no local e começaram a abrir a Praça do Batel para que se passe a continuação da R. Carneiro Lobo. Isso é um erro. Por que é um erro? Primeiro, estão tirando na terça-feira a noite e aos sábados pela manhã, a feira que funciona na Carneiro Lobo, na Pracinha do Batel. Há 18 anos essa feira ocorre e as feiras livres, essas feirinhas noturnas são ponto de encontro da sociedade de Curitiba. São locais onde a população se reúne e poucos sobraram. Ali é um local consagrado. Você pode ir lá na terça-feira à noite, centenas de curitibanos freqüentam ali toda a terça-feira à noite. Da mesma forma no sábado pela manhã. Ao invés de tirar dali, tem que ser ao contrário, tem que ser muito mais valorizada e dar mais estrutura para que a feirinha funcione e continue ali.

Além disso, estão abrindo, em função da construção do novo shopping que está acontecendo nas imediações da Pracinha do Batel. Já abriram o Juventus, após 50 anos ali para cima, também pelo mesmo motivo, em função da construção do shopping ali.

Acho que se tem que haver medidas reparatórias em função de transporte, em função do alvará de construção, isso tem que ser um custo que o shopping tem que arcar. Deveria fazer um canal subterrâneo, como existem tantos outros viadutos em várias cidades do Brasil, mas nunca se tirar a Pracinha do Batel, que é um ponto de encontro de curitibanos, assim da mesma forma como é a feirinha na Carneiro Lobo e o Juventus, que deixou de existir em função da autorização desse shopping.

Quero externar aqui que é um erro da Prefeitura de Curitiba. No momento em que autoriza a construção do shopping, também nas suas medidas para o novo fluxo de veículos que vai ser necessário na região, termina com um símbolo da cidade de Curitiba, porque a Pracinha do Batel é um símbolo da cidade, é um lugar que é ponto de referência em Curitiba, que vai deixar de existir em função de uma atitude como esta, que não se justifica. Da mesma forma os feirantes de Curitiba, o ponto de encontro de Curitiba. Querem tirar dali e já acabaram com o Juventus, no momento em que autorizaram a abertura da rua.

Muito obrigado!

**Horário das Lideranças:**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto as Lideranças: PDT, PSDB, Democratas, PT. Passamos a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

## ***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero, em primeiro lugar, manifestar a minha solidariedade ao Deputado Jocelito Canto.

Falo com muita tranquilidade, fomos adversários numa disputa muito dura em Ponta Grossa em 1996, o Deputado Plauto foi candidato também, o Deputado Jocelito Canto se elegeu Prefeito da cidade. A Bancada do PT foi a bancada mais radical na gestão do Deputado Jocelito Canto. No ano de 2000 nos enfrentamos novamente, me elegi Prefeito. Por questões mais amplas na eleição que perdi no 2º turno para o atual Prefeito, o Deputado Jocelito me apoiou.

Acho que nos conhecemos sobre muitos ângulos e aspectos, como adversários e como aliados, mas esse processo contra o Deputado Jocelito é um processo profundamente injusto. Sem dúvida, é uma coisa que tem que ficar na história do Poder Judiciário do Brasil. O Deputado foi reeleito Deputado com mais de 70 mil votos. É, sem dúvida nenhuma, uma liderança expressiva, vinculada à população mais sofrida e mais pobre de Ponta Grossa e ele tem uma relação que pode ser diferente da minha, com o povo, uma ideologia diferente, mas, quem conhece o Deputado Jocelito sabe que é uma relação honesta. As coisas que ele faz, mesmo as coisas das quais eu discordo, sei que ele faz com honestidade, na sua relação cotidiana, sua relação política, principalmente com a população mais pobre de Ponta Grossa e da região dos campos gerais. Esta população é que vai sofrer, se infelizmente chegar na culminância de uma cassação totalmente injusta, pelo fato de ter policial militar que era cedido pelo Governo do Estado à Assembléia, ser deslocado para a prefeitura.

Acho que neste momento temos que pensar se é uma conquista da humanidade, independente dos 3 Poderes. Sem dúvida, é uma conquista histórica da humanidade, independente dos 3 Poderes. O Judiciário, por vezes, parece ser um Poder absoluto. Coisa que nem o Executivo e nem o Legislativo são. O Legislativo pode, num ato extremo, através de um projeto de decreto legislativo, anular uma decisão do Executivo.

Então, é inaceitável que aconteça uma cassação por um motivo destes, por falhas formais do próprio Poder Judiciário. Acho que não só a minha pessoa, mas todos os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pelo tipo de processo que está ocorrendo, devem prestar solidariedade ao Deputado Jocelito e desenvolver inclusive uma ação para que esta injustiça não seja cometida.

Há pouco eu falava para o Deputado Jocelito que mesmo quando um cidadão é condenado, até pelas 3 instâncias do Poder, mas se depois se descobre que esta condenação foi injusta, ele recebe indenização do próprio estado e a sentença é anulada. Eu sei que o Deputado

Jocelito está acompanhado dos melhores advogados, mas ainda a mim não satisfaz que desta forma um Parlamentar eleito com mais de 70 mil votos, depois do processo, pode ser cassado e simplesmente tudo fica como está, tudo fica em silêncio.

Então, manifesto em primeiro lugar a minha solidariedade ao Deputado, colocando todas as questões que coloquei. Até pelas nossas divergências ideológicas, pelas ações que tivemos ao longo de muitos anos, de ação política em Ponta Grossa, tenho toda a autonomia para me colocar nesta posição. Acho que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deve manifestar seu repúdio a este tipo de injustiça, que está prestes a ser cometida.

### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB) (Aparte)**

Apenas para registrar a nobreza do seu caráter em fazer um pronunciamento deste tipo. Estou na política há 30 anos, como muitos aqui estão, e são raros e belos os momentos em que se pode ouvir de um Parlamentar, de um político, uma referência tão ativa e positiva como V. Exa. faz a respeito do seu adversário político, Deputado Jocelito Canto.

Quero agradecer o seu aparte e não poderia deixar de registrar o que acredito ser um depoimento histórico aqui nesta Casa, embora esteja aqui há tão pouco tempo, mas imagino que sim. E gostaria de fazer, também, minhas as suas palavras de apoio a esta que considero uma grande injustiça. Quem sabe possamos, até o final da Sessão, em forma de manifestação coletiva, encaminharmos ao Supremo Tribunal Federal inclusive, uma manifestação desta Casa, solicitando ou exigindo que seja reparado, é claro, respeitando os Poderes, esta que é, sem dúvida nenhuma, uma grande injustiça.

Mais uma vez, meus parabéns.

### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Muito obrigado, Deputado Cheida. Acho muito pertinente sua última colocação, no sentido de que hoje mesmo se faça um manifesto, porque acho que quem colocar a mão na consciência sabe que é uma injustiça, independente da postura política, de interesses diferentes, interesses eleitorais. Acho que é uma injustiça absoluta que se comete contra o representante das parcelas mais pobres, não só de Ponta Grossa, mas de toda uma região.

Acho que a Assembléia não faz mais do que mostrar a sua nobreza ao se colocar acima das divergências em defesa de uma causa justa.

### **O Sr. Ney Leprevost (PP)**

Permite um aparte?

**(Assentimento)**

Meu caro Deputado Péricles, quero parabenizá-lo. Quero dizer que faço das suas palavras as minhas palavras. Conheço muito pouco o senhor na âmbito pessoal, conheço a sua vida pública e sei que é uma vida pública de respeito, mas quero dizer que, hoje, o senhor ganhou um admirador, uma pessoa que irá respeitá-lo pelo resto

dos seus dias pela grandeza do seu ato e do seu pronunciamento.

Quanto ao Deputado Jocelito, quero externar a minha total solidariedade e o meu apoio. Informe-me sobre o processo. O que o senhor coloca, nesta tribuna, realmente, é a pura verdade. O Deputado Jocelito está sendo vítima de um erro. Se não um erro, uma injustiça. Nós, como Assembléia Legislativa, neste momento, devemos ser solidários a um companheiro. Por mais que as opiniões políticas, a linha ideológica, mesmo a forma de atuar sejam motivos, muitas vezes, de discordância de nossa parte em relação ao Deputado Jocelito, reconheço que ele é uma pessoa que trabalha pelas camadas menos favorecidas da população e admiro que o motivo que está sendo focado para a sua cassação é, sem dúvida alguma, uma pena extremamente grave e rígida, pelo tamanho do erro que ele cometeu, se é que realmente cometeu um erro.

Deputado Péricles, conte com o meu apoio no seu pronunciamento e o Deputado Jocelito receba a minha mais sincera e veemente solidariedade, neste momento.

Obrigado pelo aparte!

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Péricles, eu também gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que a bancada de Ponta Grossa, tenho certeza, todos os Deputados de Ponta Grossa e da região dos campos gerais é solidária ao Deputado Jocelito Canto.

Antes de ser Deputado, antes de ser político, eu sou um cidadão nascido na cidade de Ponta Grossa e, como cidadão, infelizmente, estou triste com toda essa situação. Acho que a cidade de Ponta Grossa acaba perdendo muito. O senhor teve uma brilhante idéia de nos unirmos, neste momento, para ajudarmos um Parlamento. Acredito que se todos nós assinássemos esse manifesto em apoio ao Deputado Jocelito Canto, talvez, numa grande tentativa, através da Assembléia Legislativa, consigamos reverter toda essa situação.

Gostaria de deixar registrado que, como Deputado de Ponta Grossa, fico entristecido, mas solidário ao Deputado e radialista que, realmente, tem um trabalho fundamental, muito grande, representando todos os cidadãos da região dos campos gerais.

#### **O Sr. Plauto Miró (Democratas)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Quero me somar ao seu pronunciamento. Nós que estamos há algum tempo participando da vida pública, V. Exa., como o Deputado Jocelito e nós, hoje o Marcelo Rangel, e a grandeza de, neste momento, mesmo dentro dessas divergências políticas e ideológicas, levantar uma idéia à qual eu quero aderir e declaro meu apoio para que consigamos, por meio de uma ação da Assembléia Legis-

lativa do Paraná, tentar mostrar a incoerência dessa decisão do Poder Judiciário.

Dentro das divergências que tenho com o Deputado Jocelito Canto, já disputamos eleições contrárias para Prefeito, onde estivemos juntos; para Deputado, mas acima das divergências está a nossa cidade. A nossa cidade está com 4 representantes aqui dentro neste momento, bons representantes e o Jocelito Canto é um deles.

Estamos juntos e, no momento certo, na hora certa, estaremos fazendo aquilo que for necessário em defesa do mandato do Deputado Jocelito Canto.

Muito Obrigado.

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

A sociedade não só ponta-grossense, mas paranaense, saberá entender que não se trata de nenhum gesto corporativo. Longe de mim isso. Acho que longe de qualquer Parlamentar que aqui está. Trata-se simplesmente de a Assembléia - com o poder legitimamente constituído para o povo, em função de uma injustiça grave ocorrida contra um mandato popular - tomar uma posição por unanimidade. Acho que isso que faz vir aqui, e acho que isso que fará cada um de nós assinar um documento em defesa nesse processo do Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Felipe Lucas (PPS) (Aparte)**

Da mesma forma, escutei o Cheida, todos os Deputados que se manifestaram, o Jocelito, e na verdade, precisamos entender. É uma situação tão difícil e a manifestação de vocês, principalmente a ponta-grossense, é extraordinária. Mas, vi o Jocelito em campanha, em trabalho não só para ele, mas para o Governador, quando se leva em conta o Estado do Paraná e a Assembléia.

Também queria dizer, Jocelito, escutei e talvez, às vezes, não podemos compreendê-lo. Talvez V. Exa. já sabia de alguma coisa e nós, como todos os Deputados, às vezes podemos não entendê-lo em algumas de suas colocações perante todos nós.

Sei que não é consolo, porque precisamos lutar principalmente por um mandato parlamentar, mas se tantas vitórias, tantas coisas que tivemos na vida, tantas vitórias com relação à vida das pessoas e principalmente dos recém-natos. Às vezes não, às vezes temos certas dificuldades. Mas na política se ganha e às vezes não. Escutei o Cheida, mas acho que na política a coisa que mais me constrangeu foi sair num jornal, num pré-julgamento também do Ministério Público, contra a minha pessoa, quando simplesmente, por pedidos do próprio Judiciário, e todo o Legislativo, de toda a comunidade, que pudéssemos mudar algumas pessoas ribeirinhas, com relação ao rio que lá alagava. Fizemos uma permissão de uso e uma coisa que achávamos normal, para nós, 10 anos depois, tivemos uma ação do Ministério Público que veio lá dizendo que as pessoas tivessem trocado seus lotes. Da



mesma forma, fui penalizado. Lógico que recorremos. Mas, às vezes a Justiça tem um caminho muito diferente da intenção política, do trabalho político e principalmente das pessoas que trabalham.

Queria muito dizer ao Jocelito que tenha sua cabeça erguida e acho que nós todos da Assembléia Legislativa do Paraná, talvez de outros lugares, podemos fazer uma comunicação de que não é dessa maneira que podemos afastar uma pessoa da vida pública.

Muito obrigado por deixar a participação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Péricles, solicito que V. Exa. conclua.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Presidente, pela ordem, bem rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem a palavra, Deputado Péricles, solicito que V. Exa. conclua, porque passou o aparte do tempo.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, um aparte?

(**Assentimento**)

Deputado Péricles, o Deputado Ney Leprevost fez um largo elogio a V. Exa. dizendo que não conhecia V. Exa. nessa amplitude. Mas eu que o conheço há muito tempo não me surpreendi com o gesto de grandeza de V. Exa., de Ponta Grossa, onde conflita politicamente com o Deputado Jocelito Canto, com essa atitude. Quero cumprimentá-lo pela posição tomada.

Em relação ao Deputado Jocelito Canto, deixo aqui a minha solidariedade, dizendo a ele que a luta deve ser travada com mais força daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a atitude da Assembléia assinando o manifesto, marca um ponto importante de altivez desta com o poder soberano do Povo do Paraná. Se pudermos, hoje mesmo, todos assinarmos esse manifesto, estaremos marcando um ponto importante da história do nosso estado e na defesa contra uma injustiça cometida pelo Poder Judiciário contra o Deputado Jocelito Canto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Bloco PSB/ PL/ PRB/ PV.

(**Declina**)

Bloco PPS/ PMN.

(**Declina**)

Liderança da Oposição. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Romanelli, tenho apenas essa pasta, aqui, para questioná-lo.

Não há mais, Deputado Rangel, por que os Deputados da Oposição não tomarem um posicionamento. Não tem mais jeito. Venho adiando, Deputado Douglas, porque me torno, às vezes, inconveniente, e tão cansativo o meu posicionamento. Se formos aqui buscar as contradições, os não esclarecimentos, fica extremamente complicado.

Dizer ao Deputado Jocelito, que não quero nem fazer comentário.

Quando vemos o que acontece no Brasil de hoje, que alguém mandou um policial para Ponta Grossa, fica complicado até fazer comentário, porque parece que todo mundo está tendo essa solidariedade.

Deputado Romanelli, vimos aqui ao longo desses meses - vi o aparte do Deputado Felipe Lucas também, e sei porque arrumei um dinheiro para a Prefeitura de Irati, para um parque, e até hoje ele sofre com as consequências por ter aplicado esses recursos nessa cidade. Essas são as coisas da vida pública e a justiça tarda, mas não falha.

Deputado Romanelli, tenho dificuldades de compreender a ação do Governo. Vou procurar ser o mais rápido, porque tenho alguns minutos e me aprofundo na segunda-feira. V. Exa. terá um feriado e terá um longo final de semana. Tenho aqui uma relação de requerimentos aprovados que já venceram o prazo e questionei o Presidente da Casa, porque as informações dos requerimentos aprovados têm 30 dias, senão está incorrendo em crime de responsabilidade e o Governo tem requerimentos aqui do ano passado, inclusive requerimentos do Deputado Scarpellini, que nem está mais aqui e está sendo homenageado neste momento.

Imagine V. Exa., como Líder do Governo, o que está sentindo a Oposição neste momento. Só em exemplo e não tenho mais como me calar. Veja aqui, Deputado Romanelli, quando falamos da questão SANEPAR, em nenhum momento brincamos com a verdade e parece que o que trouxemos da SANEPAR foi brincadeira! Não vimos uma medida do Governo mesmo desmentindo a Oposição sobre o que nós consideramos desmandos, principalmente do contrato PAVIBRAS. Não encontramos.

E agora nesses dias vimos aqui uma pequena polêmica e isso é uma formiga perto de um elefante, mas um jornal levantou aqui um questionamento de uma licitação feita pela COHAPAR, pelo Secretário de plantão, o Deputado Rafael Greca. O Deputado Rafael Greca informou à imprensa e a esta liderança que foi publicada em Diário Oficial a questão da contratação dos veículos da COTRANS. Aí o ex-Secretário da Comunicação do Governo Jaime Lerner e hoje da Habitação, enviou um esclarecimento à imprensa dizendo que tinha sido publi-

cado em Diário Oficial. Nós, com todo o zelo que temos pela verdade, fomos buscar o Diário Oficial do dia 07 de maio e verificamos, eu digo: olha, foi publicado em Diário Oficial e estamos cometendo uma injustiça. V. Exa. posicionou-se contra os esclarecimentos e aí é que surgem os equívocos. Logo depois, o Secretário telefonou a este Parlamentar prestando os esclarecimentos e eu acreditei nos esclarecimentos, até pela boa vontade do ex-Secretário da Comunicação do Governo Jaime Lerner. Aí fomos buscar o Diário Oficial, Deputado Rangel e Deputado Durval, e não tem nada no Diário Oficial.

Então, não há mais outra maneira de agir da Oposição nesta Casa a não ser nos socorrermos na Justiça. Já busquei a nossa assessoria e vamos procurar - a moda pode pegar - a PIC, o Ministério Público, nós vamos ter que ir em busca disso. Mas como são tantos assuntos, Deputado Romanelli, vou aguardar até segunda-feira.

Por exemplo, a auditoria feita junto à CEASA, que foi feita uma auditoria e estamos aguardando, porque quando foi feita a auditoria, foi com dinheiro público e nós queremos essa auditoria para ver por que foram demitidos os servidores da CEASA.

Então, Deputado Romanelli, desejo a V. Exa. um bom final de semana, um bom feriado, mas eu aguardo segunda-feira, porque temos aqui uma dezena de informações aprovadas, já venceu o prazo e não recebemos as informações.

O outro assunto que me traz à tribuna, até não falaria, quero convidar, até porque não sou profundo entendedor de Curitiba, Deputado Douglas, V. Exa. entende de Campo Mourão, quero convidar aqui os Srs. Parlamentares que têm interesse em ter conhecimento sobre o projeto da Pracinha do Batel, nós podemos marcar aqui para nos reunirmos com o Prefeito, com os Secretários, com os técnicos, para abriremos um debate sobre essa questão. Falei ontem aqui com o Deputado Bertoldi, nós iremos à prefeitura no final da tarde, mas gostaríamos que também os Srs. Parlamentares que tiverem o desejo de conhecer o projeto, de debater, de mostrar o que discordam do projeto. O Prefeito, neste momento, disse que não precisa ser marcada hora. A hora e data poderão ser marcadas pelos Srs. Parlamentares. Vamos à Prefeitura, ele reúne toda a sua equipe e está à disposição para debater essa questão.

Então, Sr. Presidente, encerramos aqui a nossa semana, vamos para o feriado. E segunda-feira esperamos que tenhamos todos esses esclarecimentos. Mas, uma das coisas que eu não me conformo é que trouxemos aqui a prova do crime e nenhuma atitude foi tomada.

Deputado Romanelli, o seu espanto, então posso aqui concluir?

Veja o seguinte: essa bondade que tomou conta do Governo por aditivos que aconteceram na comunicação de 5 contratos de 13 milhões... se você pegar 14 milhões vezes 5, dá 70. Aí, houve uma catástrofe em 2005, não sei qual a catástrofe, por isso que eu preciso dessas explicações e é o que o Deputado Rangel quer saber. Setenta milhões foram autorizados por esta Assembléia para

serem gastos em comunicação. Foram gastos 95, se não me falha a memória, se errar alguns números, 98. Então, quer dizer, 70 para 98, 95, deu um aditivo de mais de 30%. Quer dizer, essa mesma bondade que aconteceu e essa catástrofe que aconteceu em estado emergencial na comunicação, aconteceu na SANEPAR também. E o pior, eu me ative a um crime dentro da SANEPAR... seguros. Trouxe aqui a apólice. Meu Deus do céu, mostrei a apólice! Pedi para fazerem um questionamento à SUSEP, para não acreditarem no que eu tinha falado. E eu não vi um Diretor da SANEPAR ser afastado, eu não vi um Diretor sendo questionado pelo ilustre Governador. Eu não vi nada acontecer!

Então, só quero dizer aqui o seguinte: o que trouxemos aqui desses questionamentos, desses esclarecimentos, são verdadeiros. Quando nós afirmamos que houve crime, é porque temos documentos, mas eu não vejo atitudes. Atitudes como essa de hoje: estão questionando a Pracinha do Batel. Cada um tem a sua opinião, vamos lá conhecer o projeto, conhecer os detalhes, vamos colocar aqui os nossos questionamentos. Ora, e a resposta para nós de tudo isso que trouxemos aqui em 3, 4 meses, nós vamos esquecer, Deputado Douglas? Não! Não tem jeito.

Então, me desculpem aqueles que estão cansados de ouvir a minha voz e a minha palavra, mas eu preciso de esclarecimentos para quando as pessoas me questionarem, dizerem: "Rossoni! Eram só balões de ensaio os questionamentos?" Não! Não são! E é por isso que eu tenho todo o cuidado quando trago aqui esses questionamentos.

Agradeço a atenção do eminente Líder do Governo e espero que na, segunda-feira, eu possa ter aqui todos os esclarecimentos, inclusive esta do ex-Secretário da Comunicação do Governo Jaime Lerner, Rafael Greca, sobre o Diário Oficial.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, permita-me só solicitar à Mesa: nós usamos 5 minutos do horário da Liderança do Governo naquele aparte formulado ao Deputado Tadeu Veneri. Restam 5 minutos e eu acho que é importante...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Foram 8 minutos, mas vejam bem, como o Deputado Rossoni também usou um pouco a mais da Liderança da Oposição, V. Exa., na Liderança do Governo tem os 5 minutos.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

V. Exa. é um Presidente muito sábio e justo.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria também de fazer uma reivindicação a V. Exa.: como o Deputado Romanelli, com todo o direito, vai fazer uso do Horário da Liderança, porque um dia é do Governo, outro da Oposição, um é antes, outro depois,

alternado, então, como V. Exa. abre uma exceção para que ele use o horário da Situação que era antes da Oposição, então, gostaria que V. Exa. também, se necessário for, gostaria de usar o horário da Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não, o horário da Liderança do PSDB não é possível. Nós estamos no horário da Liderança da Oposição e do Governo. V. Exa. fez uso do horário da Liderança da Oposição.

O Deputado Romanelli cedeu 5 minutos para o Deputado Péricles, embora ele tivesse usado 8...

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Eu sou favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente. Então, apenas para que ele possa fazer a sua locução.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Eu nem falaria nada, na verdade, nesta Sessão, mas vou falar justamente em respeito ao Líder da Oposição, o Deputado Valdir Rossoni, porque quero começar a minha fala, acabei de receber um fax aqui, enquanto ele falava, solicitei ao engenheiro Rafael Greca, que é Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, como o Deputado Rossoni é um homem descrente na informação, quero passar às mãos dele a cópia do Diário Oficial com o extrato da contratação da empresa COTRANS - Locação de Veículos Ltda, que tem como objeto a prestação de serviço no valor de 92 mil, 294 reais e 96 centavos, firmado no dia 13 de abril de 2007, e publicado no Diário Oficial.

Está aqui, Deputado Rossoni. Quero passar às mãos de V. Exa.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Não, só a data, Deputado Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Está ruim o fax, mas dá para ler, 13 de abril de 2007. É a data da assinatura do contrato, está aqui o extrato...

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Com dispensa de licitação?

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Com fundamentação no artigo 34, inciso IV, da Lei Estadual nº 15340, é isto. Está quase ilegível o fax.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Vamos deixar para segunda-feira...

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Não, eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: sinceramente, se V. Exa. vai ter outros questionamentos sobre o tema, pode ter, mas publicado no Diário Oficial está. Sobre o tema específico do ato administrativo praticado pelo Presidente da COHAPAR é outro tema. Agora, quero dizer a V. Exa. que a formalidade legal foi cumprida. V. Exa. está questionando que ele não publicou, que ele informou errado a V. Exa. Não informou, informou corretamente, não faltou com a verdade, foi absolutamente claro, límpido e transparente naquilo que disse. É isto que eu estou dizendo.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Romanelli, talvez eu esteja equivocado, mas a primeira informação que veio da Secretaria da Habitação, permita-me, podemos usar o horário aqui, é um aparte, se V. Exa. permitir, até para esclarecimento. Veja aqui, Diário Oficial, informação da Secretaria da Habitação, dia 7. Eu também não estou aqui para adivinhar, dia 7, está aqui o Diário Oficial: não está. Aí houve uma outra informação: dia 13, está aqui o Diário Oficial: não está.

Então, se V. Exas. me informarem a data correta eu vou buscar no Diário Oficial. Agora, as duas datas informadas a Liderança da Oposição não tem. Eu entrego os Diários Oficiais a V. Exa., não duvido da palavra de V. Exa., jamais.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Eu sei disso, é claro até em função das suas atribuições é impossível ler o Diário Oficial, mas qualquer um dos seus assessores e V. Exa. tem assessores qualificados, que leiam os Diários Oficiais, todos os atos públicos obrigatoriamente têm que obedecer ao princípio constitucional da publicidade. É só ler o Diário Oficial que vai encontrar o extrato.

Deputado Rossoni, quero dizer que tenho o maior respeito por V. Exa., mas a assessoria sua tem que, de fato, ter um trabalho mais efetivo para poder, de fato, esclarecer a V. Exa., senão é muito ruim cobrar uma coisa que foi publicada no Diário Oficial.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Romanelli, V. Exa. está correto, até porque na segunda-feira esta polêmica não existe. Veja aqui, está aqui a informação, mas há equívocos, acontece o seguinte: você recebe uma informação que em determinada data está publicada em Diário Oficial, a informação é do Secretário, está bom! O que eu faço? Eu vou buscar no Diário Oficial, dia 7 e dia 13. O que pode ter aí, tem que ser assumido pelo Sr. Secretário, é que ele pode ter informado a esta liderança a data errada do Diário Oficial, agora do dia 7 e do dia 13, estão aí os 2 Diários. Agora, V. Exa. não pode atribuir à assessoria da Liderança da Oposição que ela não lê o Diário Oficial. O que nós fomos ler foram os dias da informação!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu entendo V. Exa., pode ter até um erro da informação do dia, mas eu quero dizer o seguinte: o ato administrativo está revestido da formalidade e é isso que interessa, está publicado no Diário Oficial.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Me diga em qual data foi publicado que eu me submeto a ir buscar o Diário Oficial!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O fax corta a data, eu não consigo ver, aqui está o extrato publicado no Diário Oficial! Eu quero pedir à assessoria da Liderança do Governo que examine os Diários Oficiais do mês de maio e veja em qual data foi publicado. Que foi publicado, foi publicado, é isso que eu estou dizendo! Não é possível criarmos uma celeuma em torno de uma publicação de um contrato que foi publicado!

Desculpe, Deputado Rossoni, a sua assessoria, se tivesse se aprofundado mais na leitura, certamente acharia. É só dar uma procuradinha, é preciso um pouco de boa vontade! V. Exa. não tem tempo para fazer isso, claro, nem vai sair procurando atos em Diário Oficial, mas que esta publicado, está publicado! A assessoria do Governo vai localizar o Diário Oficial e eu vou passar um exemplar original a V. Exa., passo já a cópia inclusive do extrato aqui do ato.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

O extrato pode ser falsificado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Desculpa, não é possível isso, desculpa mas não é possível!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, eu não estou conseguindo me fazer entender: se o seu Secretário da Habitação me comunica a data da publicação em Diário Oficial, eu estou com os 2 Diários Oficiais em meu poder, não existe esta publicação, eu não estou duvidando que foi publicado, agora, qual é a data? Aí começa a dúvida, Deputado Praczyk, eu não encontro nos Diários Oficiais do dia 7 e do dia 13, que foram informados pelo Secretário! Não quero duvidar que não publicou em outro dia.

Outra coisa: foram contratados os veículos em estado de emergência. Alguma catástrofe aconteceu na questão habitacional desse Estado, então quero buscar todas essas informações, só isso!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu vou concluir porque reconheço que o Deputado Rossoni tem o direito, claro, à informação, mas quero reconhecer que ele também às vezes exagera um pouco. Quero reconhecer o seguinte: primeiro, que os atos praticados pela diretoria da COHAPAR estão revestidos das

formalidades legais. O contrato de emergência se deu em função da finalização e da não renovação do contrato com a outra empresa de locação de veículos. O contrato foi feito com base nos preços de mercado, não tem absolutamente nada de ilícito, a COHAPAR tem que ter os veículos para poder efetivamente continuar construindo as quase 13 mil casas que está construindo no Paraná, além dos grandes programas de regularização fundiária.

Então, quero dizer o seguinte: os atos que estão sendo praticados são atos corretos. E sinceramente, podemos votar até o tema, mas efetivamente acho que há questões mais importantes do que isso.

Quero dizer que em relação a CEASA, V. Exa. não estava aqui quando fiz os esclarecimentos ao nosso Deputado Elio Rusch sobre a questão da CEASA. Um é um inquérito policial e outro inquérito administrativo. Os 2 estão em andamento, não há como responder de forma efetiva, porque não se terminou as duas apurações que estão sendo realizadas, uma no âmbito da polícia judiciária e o outro no âmbito da Secretaria da Agricultura, que tem como vinculada a CEASA do Paraná. Os 2 procedimentos estão ainda encaminhados. Era só o pedido de informação.

Quero dizer a V. Exa. que a Constituição é para ser cumprida. Se alguém não cumpre a Constituição, a Assembléia tem que tomar as providências. Entendo desta forma, vou chamar a atenção de quem é o responsável pelo envio das informações, mas efetivamente penso que é necessário que possamos ter de fato as informações prestadas neste tema.

Agora, só para concluir, porque o Deputado Rossoni começou falando sobre a Pracinha do Batel, queria dizer que o que está em jogo na Pracinha do Batel é a beleza. Vamos pedir ao Prefeito Beto Richa, que é seu afilhado político, para que ele deixe florescer os ipês amarelos nesta primavera na Pracinha do Batel. É uma violência contra a cidade de Curitiba o que se quer fazer na Pracinha do Batel. Felizmente, ainda há Juízes julgando. E um Juiz hoje suspendeu o ato que estava sendo praticado de destruição daquele logradouro público, porque sinceramente, os novos e modernos conceitos - aliás, sempre trabalhou o arquiteto Jaime Lerner, de quem V. Exa. foi Líder nesta Casa - o Jaime Lerner nunca destruiria o lúdico, o espaço da convivência, o ponto de encontro.

Sr. Presidente, efetivamente o caso da Pracinha do Batel é emblemático, porque tentar fazer a prevalência do automóvel sobre as pessoas. Não estou falando como Oposição ou Situação. Não sou Oposição, não se trata disto, é a questão da cidade de Curitiba. Cheguei aqui há 32 anos, sou londrinense, sou pé vermelho, mas amo esta cidade de Curitiba. E aquela região do batel vai ser violentada na medida que tem um via de trânsito rápido, e tudo por conta do quê? Da construção de um shopping ali na Avenida Batel. Temos ali muito em jogo, porque é o último espaço remanescente. Fiz, tive a oportunidade de obter o título de especialista em gestão técnica do meio

urbano pela PUC e por Universidade Tecnológica. Estudei com os especialistas franceses e na França teria sido feito uma enquete, teríamos feito uma ampla discussão. Nós não aplicamos a gestão democrática através de um estudo de impacto de vizinhança do que causa essa intervenção. O Prefeito Beto Richa fala muito em um tema, que é o respeito. Acho que ele, na verdade, foi induzido a erros pelos técnicos do IPPUC, de uma forma arbitrária. Os Deputados Ney Leprevost, Osmar Bertoldi e todos têm uma visão. Aquele é um espaço, um ponto de encontro, um ponto de convivência, do lúdico que restou naquela ampla região da cidade. Todas as outras áreas tradicionais daquela região foram ocupadas.

Por isso, Sr. Presidente, muito obrigado e eu faço um apelo para o Prefeito Beto Richa e está aqui o Líder Valdir Rossoni que tem um relação muito próxima, que ele reveja a sua decisão e suspenda, de forma definitiva, e deixe a Praça do Batel poder fazer com que os ipês amarelos floresçam na próxima primavera.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 074/07, subscrito pelo Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, encaminhando notas taquigráficas e CD com gravação de parte da Sessão Plenária do dia 05/06/07, onde ao encaminharmos requerimento ao Sr. Governador do Estado, pedindo informações sobre a construção e posterior reformulação do Palácio das Araucárias, tivemos a palavra cassada em 5' 10" (cinco minutos e dez segundos) quando o tempo seria de 10 minutos. **À Mesa Executiva.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Reni Pereira constante do expediente, comunicando que o Sr. Deputado Ribas Carli Filho irá compor como titular a Comissão Especial de Investigação das Concessionárias de Pedágio, e meu nome como suplente. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a utilização do horário do Grande Expediente na Sessão Plenária do dia 13 de junho próximo, por parte de representante dos servidores do LACEN Paraná. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pela Mesa executiva, designando o Sr. Deputado Artagão Júnior, para representar esta Casa de Leis na Reunião da diretoria executiva da União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a

realizar-se no dia 11 de junho do corrente ano, na cidade de Brasília/DF. **Aprovado.** À Comissão Executiva.

Requerimento nº 1605, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se do país, com destino aos Estados Unidos da América, no período de 06 a 16 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa, para anotar.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) (**Pela Ordem**)

Existe uma maneira de se preservar a Praça do Batel. É agilizando o processo de tombamento da praça. Peço ao Líder do Requião que agilize esse processo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Projetos que necessitam de apoio, lembrando que assume a Presidência da Casa, o Deputado Antonio Anibelli, assume a presidência da Casa, com a aprovação do requerimento do Deputado Nelson Justus.

Se V. Exa. quiser fazer uso da presidência, estaremos à disposição para ceder lugar a V. Exa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Solicito que permaneça, porque estava ausente. Não tenho conhecimento da Sessão. Peço que encerre e presida a Sessão na segunda-feira, porque eu não estarei presente, porque tenho uma audiência no fórum de Paraíso do Norte.

Quero que V. Exa. anuncie e torne público que assinei um ato declarando ponto facultativo na sexta-feira, para a Assembléia não abrir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Ao Deputado Valdir Rossoni: qual o dia da publicação? Dia 7 de maio de 2007. Edição 746 do Caderno de Comércio, Indústria e Serviços. É só mandar a sua assessoria pesquisar direito.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 101/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, que altera dispositivos da Lei nº 15352, de 22 de dezembro de 2006 e da Lei nº 15467, de 09 de fevereiro de 2007 (ICMS). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 101/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 15352, de 22 de dezembro de 2006, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam homologados os procedimentos adotados pelos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de conformidade com o disposto nas Leis nºs 13212, 13214, de 29 de junho de 2001, no período de suas vigências.

Parágrafo Único. Para o disposto na Lei nº 13214, de 29 de julho de 2001, limita-se às empresas que tenham apropriado valor acumulado do benefício fiscal, num montante de discussão não superior a UPF/PR 520.000 (quinhentos e vinte mil Unidades Padrão Fiscal - Paraná), no período de eficácia da citada lei até 31 de março do corrente ano.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

(a) TERUO KATO - Relator

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 231/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Fica revogada totalmente a Lei nº 15456, de 15 janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401, de 31 de janeiro de 2007 (Resíduos Sólidos). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 231/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada totalmente a Lei nº 15456, de 15 de janeiro de 2007, publicada no Diário Oficial nº 7401, de 31 de janeiro 2007, fazendo com isso que a lei anterior nº 12493, de 22 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial nº 5430, de 05 de fevereiro de 1999, volte a ter validade total.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 331/07, de autoria do Deputado Elton Welter que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 331/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Nova Laranjeiras.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que institui o programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CEMA, e CECECT. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda.

**Aprovada.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Estamos esclarecendo uma grande dúvida. Gostaria que o Deputado Romanelli me esclarecesse o seguinte: é o Diário Oficial do Executivo?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Claro. É o Diário Oficial que tem um caderno Comércio, Indústria e Serviços. Edição 746.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Enquanto nós encaminhamos, eu gostaria de pedir auxílio ao tão competente Líder do Governo para eu achar aqui no Diário Oficial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., eu não sou assessor da Liderança da Oposição.

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que cria, no âmbito do Estado do Paraná, Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC, CEMA. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão.

**Em votação.**

Estamos votando o projeto, ressalvadas as emendas.

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ.

**Aprovada.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, fiz um requerimento pedindo informações à Secretaria de Ciência e Tecnologia sobre os 2 últimos anos, de investimento do Governo do Estado das Universidades Estaduais do Paraná, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa.

Retirei esse requerimento. Eu e o Deputado Romanelli fizemos um acordo de cavalheiros e o Deputado Romanelli ficaria de me passar essas informações. A minha assessoria está me informando que já se passaram mais de 40 dias. Só estou cobrando do Líder do Governo, Deputado Romanelli, as informações a respeito desse assunto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Vou fazer melhor, tenho um pedido de informações que foi encaminhado ao Deputado Jocelito, dos últimos 4 anos, que entreguei faz 10 dias, ao Deputado Jocelito.

Vou pedir que a vossa assessoria tire aquela cópia. V. Exa. terá a informação de um período mais amplo.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre reciclagem e utilização de material reciclado, no âmbito da administração estadual, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda, que não é uma emenda, é um substitutivo do projeto. **Aprovado.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Casa de Caridade Dr. Yuri, com sede e foro no município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, inscrevo-me em Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

V. Exa. está inscrito.

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual a Associação Kaiko - Centro de Estudos de Artes Marciais, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no calendário oficial do estado do Paraná, a semana da saúde da Mulher, na semana do mês de maio que compreenda o dia vinte e oito (28). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/07, de 16/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 257/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como escopo instituir no calendário oficial do estado do Paraná, a Semana da Saúde da Mulher, na semana do mês de maio que compreenda o dia 28.

**Fundamentação**

Primeiramente, devemos expor a importância da proteção à saúde para a nossa Constituição Federal:

*Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.* (grifo nosso).

Bem como quanto à legitimidade para legislar a respeito:

*Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios:*

*I - (...)*

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.*

Analisada a Constituição Federal, não restam dúvidas que o poder público deve desenvolver meios de proteger a saúde da população. E é isto que este projeto de lei tem por objetivo: desenvolver mecanismos de valorização da saúde, em especial das mulheres, que, conforme artigo 5º, I, da Constituição, são iguais aos homens em direitos e obrigações.

Quanto à iniciativa legislativa para instituir tal data no calendário oficial do estado do Paraná, não há nenhum óbice de caráter constitucional, visto que não há vedação legal e nem a iniciativa é privativa do Governador do Estado.

Nessa esteira, o artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal determina:

*Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas.*

Finalmente, observa-se que com relação à técnica legislativa utilizada, o projeto atende a todos os requisitos enumerados pela Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

#### **Conclusão**

Diante do ora exposto, verifica-se que o projeto de lei em análise encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais exigidos, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PROJETO DE LEI Nº 257/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, visa instituir no calendário oficial do estado do Paraná, a Semana da Saúde da Mulher, na semana do mês de maio que compreenda o dia 28.

Chamada esta comissão a se manifestar, cabe examinar a matéria sob a ótica do artigo 33, parágrafo 15 do Regimento Interno deste Poder. O presente projeto vem dar visibilidade às necessidades da saúde da mulher, através de ações da administração pública, na semana que é comemorado o Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional da Morte Materna.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente

BETI PAVIN - Relatora

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/07, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do estado (R\$ 1.245.510,00). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Mensagens).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 370/07**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de lei que ora se analisa pretende aprovar crédito ao orçamento geral do estado, no valor de R\$ 1.245.510,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), buscando alterar ainda o Programa de Obras da Lei Orçamentária.

##### **Legitimidade e Constitucionalidade**

Este projeto de lei dispõe sobre o orçamento do estado do Paraná.

Assim, calha perquirir sobre a legitimidade para o objeto. Para tanto, veja-se o artigo 24 da Constituição Federal, ora *in verbis*:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*II - orçamento;*

Posto isto, passe-se a consulta específica de nossa Constituição, no que atine a iniciativa geral das leis em nosso estado, através da transcrição de seu artigo 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Vê-se, pelo exposto, que a legitimidade está em consonância com os ditames constitucionais.

Progredindo no exame, percebe-se que a presente proposição está apenas efetivando uma autorização dada por outra Lei Estadual, qual seja, nº 15339/06. Assim sendo, existe inclusive autorização legal para tal intento, sendo acatada a legalidade uma vez mais.

Ainda, imperioso que se analise a proposição do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal. Pelo cotejo entre a lei e o presente projeto, nenhum aspecto se mostrou impeditivo para a continuidade deste.

No que tange à técnica legislativa, que é orientada pela Lei Complementar nº 095/98, igualmente inexistente óbice à aprovação da proposição, isto porque o texto foi escrito e organizado de modo correto e claro, consoante mandamento legal.

##### **Conclusão**

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do projeto, pelo respeito à legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 370/07**

#### **P A R E C E R :**

##### **Relatório**

O projeto em tela, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 016/07, visa a aprovação de cré-



dito especial, ao orçamento geral do estado, no valor de R\$ 1.245.510,00 (hum milhão, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e dez reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006.

#### **Fundamentação**

A Lei Estadual nº 15339/05, estima receita e fixa despesa para o exercício de 2006, dispondo sobre ajuste no orçamento do estado.

Os recursos aqui tratados referem-se ao cumprimento do programa de Ajuste Fiscal firmado entre a união e o estado do Paraná, com a criação do Projeto Orçamentário nº 1139 - Investimento em Infra-Estrutura Urbana nos Municípios.

Servirá como recursos para cobertura da referida programação, igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão.

#### **Conclusão**

No que compete a essa comissão se manifestar, conforme preceitua o Regimento Interno no artigo 33, parágrafo 4º, desta colenda Casa, nos posicionamos favoravelmente a aprovação da matéria, objeto deste parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/07, que aprova crédito especial, alterando o vigente orçamento geral do estado (R\$ 3.935.000,00). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Mensagens).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 371/07**

#### **P A R E C E R :**

##### **Preâmbulo**

O projeto de lei que ora se analisa, pretende aprovar crédito ao orçamento geral do estado, transferindo valores do DETRAN-PR para o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no montante de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), através da criação de conta investimento criado e estabelecido no anexo da mensagem.

##### **Legitimidade e Constitucionalidade**

Este projeto de lei versa, como bem se depreende, sobre o orçamento do estado do Paraná.

Partindo disto, veja-se o artigo 24 da Constituição Federal:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*II - orçamento;*

Com base nisto, veja-se o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Não há, porquanto, no que tange à iniciativa, qualquer óbice que possa impedir o prosseguimento deste projeto de lei.

Prosseguindo na análise, percebe-se que, pela Lei Estadual nº 15339/06, no seu artigo 26, existe autorização da atitude que se pretende neste projeto, inclusive com valor máximo de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a ser transferido. A partir disto, verifica-se respeito à legalidade e ao limite antes traçado.

Estudando-se agora a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), não existe impedimento para o prosseguimento do presente projeto, posto não se falar de aumento de receita, mas simples transferência da receita outrora arrecadado por órgão do Poder Executivo.

Quanto à técnica legislativa, que se embasa na Lei Complementar nº 095/98, uma vez mais nada se encontra que possa inibir ou de qualquer modo macular a proposição sob comento, posto ter seu texto seguido lógica e concatenação esperadas para uma futura norma legal positivada.

#### **Conclusão**

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do projeto, pelo respeito à legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 371/07**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise, oriundo de mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 017/07, que aprova crédito especial, no valor de R\$ 3.935.000,00 (três milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), com a criação da conta investimento.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

Chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, acompanha parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão, que informa os recursos para os créditos ora propostos que serão provenientes de recursos próprios do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, provenientes da receita 1600.14.00 - serviços de inspeção e fiscalização, Fonte 250 - diretamente

arrecadados, os quais deverão ser transferidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei Estadual nº 15339, de 22 de dezembro de 2006.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim, a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) BETI PAVIN - Presidente

WALDYR PUGLIESI - Relator

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1591, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1593, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, qual dos requerimentos do Tribunal de Contas?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ele solicita as seguintes informações relativas as prestações de contas dos anos 2003, 2004 e 2005 do Instituto de Saúde do Paraná. Se foram aprovadas as contas acima citadas e se foi detectado por esse tribunal alguma irregularidade?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero encaminhar favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. Os Deputados favoráveis, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1594, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Quero encaminhar favoravelmente a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 1595, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Encaminho favoravelmente o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1596, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1598, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Encaminhamos favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Pela ordem o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Agradecer o apoio do Deputado Romanelli, nesse projeto. Inclusive, ele acrescentou um item.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registrado, o seu profundo agradecimento ao Deputado Romanelli.

Requerimento nº 1600, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1592, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 1604, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1606, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1601, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 1608, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Explicações Pessoais:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais o Sr. Deputado Valdir Rossoni, inscrito.

### ***Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. VALDIR ROSSONI

Quero me ater aqui às informações. Não há necessidade de ficar nervoso. A publicação, informações do Secretário da Habitação, publicação no Diário Oficial do Paraná, deu-se no dia 7 de maio de 2007, na folha 3. O único questionamento que eu fiz, não está na folha 3, não está no dia 7. Por esta razão, quero aqui dizer aos meus assessores da oposição, continuem com a mesma competência de sempre e é por isso que temos aqui feito um trabalho reconhecido pela população do Paraná. Está aqui, Deputado Romanelli, como V. Exa. diz que não é meu assessor e nem tenho esta intenção, porque certamente estou muito bem servido de assessores, vou encaminhar ao Presidente desta Casa para que ele observe a informação do Secretário, do dia 7, página 3, e se ele me encontrar eu me retrato aqui, mas eu não consigo encontrar a publicação. Diário Oficial, estou falando que foi a informação que recebi do ilustre Secretário da Habitação. Vou ser repetitivo: Diário Oficial, dia 7, página 3. Está aqui o Diário Oficial e encaminho a V. Exa., caso encontre neste Diário Oficial eu me retratarei porque eu não fiz acusação. Apenas estou procurando. Encaminho a V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, quero repetir o que o Deputado Rossoni ou não quer escutar ou então ele insiste. A infor-

mação veio da COHAPAR. Está aqui um fax. Cortou aqui a data da folhinha. Mas, tem vários extratos publicados: COPEL, HSBC, Consórcio Intermunicipal de Saúde, enfim, Almirante Tamandaré, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem aqui um Pregão Eletrônico n° 006/07, BADEP e tal.

Então, o que acontece? Na mesma paginazinha que está aqui, qual é a data de publicação? Sete de maio de 2007. Qual é a edição? Setecentos e quarenta e seis. Qual é o caderno: Comércio, Indústria e Serviços.

Agora, o Deputado Rossoni e a assessoria, claro, que o subsidia, não pesquisa. Tem que pesquisar! É só ler o Diário Oficial. Está lá, publicado! Pelo amor de Deus! Sinceramente!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, pelo amor de Deus digo eu. Se o Secretário me comunica que é no Diário Oficial, eu vou procurar aonde? No Diário Oficial.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

No Diário Oficial, claro!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, está ali o Diário Oficial, o Presidente fez a leitura.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. acho que nunca leu o Diário Oficial, é isso!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, eu não sei ler, este é que é o problema.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. sabe e muito! É um Parlamentar brilhante, inteligente, preparado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu não sei ler. Nem minha assessoria sabe.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Romanelli, não há como nós resolvermos esta questão, neste momento, porque não cabe à presidência sair procurando em Diário Oficial.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu nem quero que V. Exa. faça. Mas, se V. Exa. tiver um minuto de tempo, certamente se fosse o Deputado Anibelli ou quem quer que fosse o Presidente sentado à Mesa, faria a leitura, depois da Sessão, da página 3, do dia 7. O que estou afirmando é que não está neste dia.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Farei a leitura, prometo, na segunda-feira. Falarei sobre esta questão, já que sexta-feira não há expediente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

O Projeto n° 318, que nós adiamos por 3 Sessões, que já poderia entrar na Ordem do Dia de segunda-feira e também queria requerer à Mesa que incluísse o 404.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Se estiver dentro da legalidade e normalidade legislativa, que sejam incluídos os 2 projetos solicitados por V. Exa.

***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira dia 11, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 190/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 065, 153 e 230/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 257, 370 e 371/07 e do Projeto de Lei Complementar n° 318/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 356/07 e do Projeto de Resolução n° 014/07.

Levanta-se a Sessão.

***Publicações:******Diretoria Geral******Portarias*****PORTARIA N° 095/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4450, datado de 10 de maio de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de ELENIRA CARDOSO DE LIMA, matrícula n° 40611, portadora do RG 3.882.796-8-PR e do CPF n° 504.611.479-15, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de julho de 1985, lotada na Coordenadoria da Biblioteca, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da

licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248 da Lei n° 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3°, do artigo 3°, da Emenda Constitucional n° 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 096/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob n° 4591, datado de 14 de maio de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Colocar a disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, WANDERLEI PES-SUTTI, matrícula n° 5967, para prestar serviços de assessoria junto a esta Diretoria da Secretaria de Estado da Saúde, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 097/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob n° 5325, datado de 30 de maio de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA CRISTINA MENDES, matrícula n° 40576, 10 (dez) dias, a partir de 15 de maio de 2007, CID. X J.30-4.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA N° 098/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob n° 5284, datado de 30 de maio de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula n° 40306, de 15 (quinze) dias, a partir de 23 de maio de 2007, CID. X H 35 9.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 099/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob n° 5285, datado de 30 de maio de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA CELUTA TAVARES, matrícula n° 083, de 30 (trinta) dias, a partir de 22 de maio de 2007, CID. X.I.25-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA N° 102/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob n° 5333, datado de 30 de maio de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

mandar averbar, em favor de CELIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS, matrícula n° 40942, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafa, nível NTC-02, lotada na Diretoria de Serviços Especiais da Casa, os seguintes períodos de tempo como segue:

I - incorporação de 06 meses, para todos os efeitos legais, referente a contagem em dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções, no período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, assegurada pelo parágrafo 3° do artigo 3°, da Emenda Constitucional n° 020/98 e nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei n° 6174/70; e,

II - a contagem, para efeito de aposentadoria, do tempo de 08 anos, 01 mês e 11 dias, já descontado o tempo em paralelo, conforme Certidão do INSS, nos termos do parágrafo 9° do artigo 201 da Constituição Federal, relativo aos períodos de tempo discriminados; de 15/02/75 a 12/11/76 em que trabalhou na Paz Criação e Comunicação Ltda; de 16/11/76 a 31/05/77 em que trabalhou na Photo Type Ltda; de 01/06/77 a 22/03/79 em que trabalhou na Paz Criação e Comunicação Ltda; de 02/05/79 a 10/08/79 trabalhados na Klassica Publicidade SC Ltda; de 20/10/80 a 08/04/81 em que trabalhou na INEPAR S/A; de 08/06/81 a 22/06/81 trabalhados na Ótica Brasil Ltda; de 13/04/82 a 05/05/83 em que trabalhou na Pneuac S/A; na União dos Escoteiros do Brasil de 12/12/84 a 31/01/85; no PMDB Diretório do Paraná de 01/05/85 a 08/05/87 e na J. Otto e Associados SC Ltda, de 04/01/88 a 04/01/88.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

*Atas de Comissões**Redação*

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Professor Luizão apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 214/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ribas Carli Filho apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n°s 313/07, 335/07 e 342/07 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ney Leprevost apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei n°s 125/07 e 305/07, e o Deputado Professor Luizão apresentou o Projeto de Lei n° 222/07, que

foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 101/07 e 231/07 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 101/07 e 231/07 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e

sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Plauto Miró apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 190/07 e 331/07 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JUNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### *Tomada de Conta*

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e sete, às onze horas, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua 4ª Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de maio de 2007 - Proposição nº 048/07. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, passando a palavra ao Sr. Deputado Francisco Bühner, relator da Proposição nº 048/07, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2007, conforme Resolução nº 03/04, de 15 de março de 2004. Após exame da matéria, o Sr. Relator concluiu pelo Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, pois as contas apresentadas encontram-se de acordo com a legislação vigente, exatas e dentro das normas de sua regulamentação, no que foi acompanhado por todos os Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados e por mim, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária

**Balancetes Financeiros****Fevereiro**

OFÍCIO Nº 07/2007

Curitiba, 29 de maio de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de FEVEREIRO/2007, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação

do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA

Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Fevereiro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:28/02/2007
MÊS: Fevereiro	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	19.600.000,00	40.800.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	19.600.000,00	40.800.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	200.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	200.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	19.700.000,00	41.000.000,00
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	119.582,83	295.642,13

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	119.582,83	295.642,13
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
<b>TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>	119.582,83	295.642,13
<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR</b>		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	11.999.690,94	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
<b>TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR</b>	11.999.690,94	8.388.432,08
<b>TOTAL</b>	31.819.273,77	49.684.074,21

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Fevereiro MÊS: Fevereiro Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 28/02/2007
---	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	15.701.675,54	33.015.137,24
Pessoal e Encargos Sociais	13.591.090,80	29.298.385,51
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.110.584,74	3.716.751,73
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	60.918,00	60.918,00
Investimentos	60.918,00	60.918,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	15.762.593,54	33.076.055,24
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
<b>RESTOS A PAGAR</b>	350.377,49	834.826,23
Pagamentos	350.377,49	834.826,23
Cancelamentos	0,00	0,00
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00



DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	78.730,00	145.620,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	78.730,00	145.620,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	429.107,49	980.446,23
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.627.572,74	15.627.572,74
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	15.627.572,74	15.627.572,74
TOTAL	31.819.273,77	49.684.074,21

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

**Março**

OFÍCIO Nº 08/2007

Curitiba, 29 de maio de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/2007, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/03/2007
MÊS: Março	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	17.000.000,00	57.800.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	17.000.000,00	57.800.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	200.000,00	400.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	200.000,00	400.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	17.200.000,00	58.200.000,00
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	191.913,70	487.555,83
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	191.913,70	487.555,83
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	191.913,70	487.555,83
<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR</b>		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	15.627.572,74	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.627.572,74	8.388.432,08
TOTAL	33.019.486,44	67.075.987,91

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Março	MÊS: Março Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 31/03/2007
--	-------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
DESPESAS CORRENTES	18.135.675,56	51.150.812,80
Pessoal e Encargos Sociais	15.583.546,24	44.881.931,75
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.552.129,32	6.268.881,05
DESPESAS DE CAPITAL	114.991,00	175.909,00
Investimentos	114.991,00	175.909,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	18.250.666,56	51.326.721,80
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
RESTOS A PAGAR	31.680,33	866.506,56
Pagamentos	31.680,33	866.506,56
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	145.620,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	145.620,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	31.680,33	1.012.126,56
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.737.139,55	14.737.139,55
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.737.139,55	14.737.139,55
TOTAL	33.019.486,44	67.075.987,91

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

**Abril**

OFÍCIO Nº 09/2007

Curitiba, 29 de maio de 2007.

Senhor Diretor:

Pelo presente venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de ABRIL/2007, conforme relatório anexo, pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenadoria de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da DAT  
Nesta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Abril	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/04/2007
MÊS: Abril	Exercício: 2007	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
RECEITAS CORRENTES	17.400.000,00	75.200.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	17.400.000,00	75.200.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	500.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	100.000,00	500.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	17.500.000,00	75.700.000,00
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	155.460,04	643.015,87

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	155.460,04	643.015,87
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
<b>TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>	155.460,04	643.015,87
<b>SALDO DO MÊS ANTERIOR</b>		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.737.139,55	8.388.432,08
Vinculado	0,00	0,00
<b>TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR</b>	14.737.139,55	8.388.432,08
<b>TOTAL</b>	32.392.599,59	84.731.447,95

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS:Abril MÊS: Abril Exercício: 2007	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/04/2007
---	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
<b>I - ORÇAMENTÁRIA</b>		
DESPESAS CORRENTES	17.895.651,31	69.046.464,11
Pessoal e Encargos Sociais	15.251.020,80	60.132.952,55
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.644.630,51	8.913.511,56
DESPESAS DE CAPITAL	197.789,36	373.698,36
Investimentos	197.789,36	373.698,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>	18.093.440,67	69.420.162,47
<b>II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO</b>		
RESTOS A PAGAR	636,00	867.142,56
Pagamentos	636,00	867.142,56
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	49.006,00	194.626,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	49.006,00	194.626,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	49.642,00	1.061.768,56
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	14.249.516,92	14.249.516,92
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	14.249.516,92	14.249.516,92
TOTAL	32.392.599,59	84.731.447,95

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Coordenador de Contabilidade

